

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º ___/2025

INSTITUI O CADASTRO ÚNICO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Único de Animais Domésticos no âmbito do Município de Campina Grande, com o objetivo de promover a identificação, o controle populacional, a proteção e o bem-estar de cães e gatos domiciliados, comunitários ou sob guarda responsável.

Art. 2º O Cadastro será de natureza voluntária, gratuita e digital, podendo ser acessado por meio eletrônico, conforme regulamento.

§1º O cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome do animal:

II - Espécie, raça, pelagem, sexo e idade estimada;

III - Situação reprodutiva (castrado ou não);

IV - Nome completo do tutor ou responsável legal;

V - Endereço e telefone para contato;

VI - Situação vacinal do animal (quando disponível);

VII – Indicação de microchip, se houver;

VIII – Fotografia recente do animal, preferencialmente em boa resolução, enviada pelo tutor.



§2º A Administração Pública poderá emitir uma carteira de identificação do animal, com numeração única vinculada ao cadastro.

- Art. 3º A gestão do Cadastro ficará sob responsabilidade da Gerência de Vigilância Ambiental em Saúde, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande, que:

 I Implantará e manterá sistema eletrônico para registro e consulta pública parcial dos dados:
- II Coordenará campanhas de conscientização sobre a importância do cadastro;
- III Integrará os dados com sistemas estaduais e federais, inclusive o Sistema Nacional de Identificação e Registro de Animais Domésticos SinPatinhas, instituído pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01, de 2 de abril de 2024;
- IV Firmará parcerias, convênios ou termos de cooperação com universidades, ONGs, clínicas veterinárias, protetores independentes e entidades privadas para apoio técnico e operacional.
- V Promoverá a adesão do Município aos programas federais ProPatinhas e SinPatinhas, acompanhando os editais e condições estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);

Art. 4º O cadastro será utilizado para:

- I Identificação de animais desaparecidos ou encontrados;
- II Planejamento de políticas públicas de saúde, bem-estar animal e controle populacional;
- III Campanhas de vacinação, castração e adoção;
- IV Emissão de dados estatísticos de interesse público;
- V Monitoramento de animais comunitários ou em situação de vulnerabilidade
- Art. 5º O Município deverá acompanhar os canais oficiais do Governo Federal, especialmente o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), para fins de monitoramento e participação nos editais de adesão ao programa SinPatinhas, com vistas



à obtenção de recursos e suporte técnico.

Art. 6º As despesas eventualmente decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser custeadas também com recursos oriundos de convênios, doações e emendas parlamentares.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, em 29 de julho de 2025.

Welvier A. J. de Oliverie WALERIA ASSUNÇÃO VEREADORA



JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa instituir, no âmbito do Município de Campina Grande, o Cadastro Único de Animais Domésticos, instrumento essencial para a formulação de políticas públicas voltadas ao bem-estar de cães e gatos, tanto domiciliados quanto comunitários.

A proposta alinha-se às diretrizes do Governo Federal, especialmente à recente criação do Sistema Nacional de Identificação e Registro de Animais Domésticos — SinPatinhas, vinculado ao Programa ProPatinhas, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A adesão dos municípios ao SinPatinhas se dará mediante editais públicos, conforme anunciado oficialmente pelo Governo Federal.

O SinPatinhas tem como objetivo criar um banco de dados nacional de cães e gatos, contribuindo para o planejamento de ações de saúde pública, controle reprodutivo, vacinação, microchipagem e campanhas de adoção. A integração de Campina Grande a este sistema representará um avanço significativo na modernização e eficácia das ações de proteção animal.

A presente Lei já antecipa a estrutura necessária para que Campina Grande esteja preparada para aderir ao programa federal assim que o edital for publicado, possibilitando o recebimento de recursos, suporte técnico e acesso às políticas de manejo populacional ético.

A responsabilidade pela gestão do cadastro será da Gerência de Vigilância Ambiental em Saúde, ligada à Secretaria Municipal de Saúde, garantindo integração com os serviços de controle de zoonoses, vacinação e vigilância sanitária.

Ressalta-se ainda que o cadastro previsto nesta Lei será gratuito, acessível digitalmente e poderá gerar uma carteira de identificação com foto do animal, tornando-se ferramenta eficaz para a localização de animais desaparecidos e para a identificação de



seus tutores.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente matéria, que representa um importante passo no compromisso da cidade com a causa animal, com a saúde pública e com a construção de políticas públicas mais humanizadas, modernas e eficazes.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, em 29 de julho de 2025.

Welvie A. J. de Oliverie WALERIA ASSUNÇÃO VEREADORA